

A América Latina e o imperialismo ecológico: contribuições a partir de Marx

Aline Recalcatti de Andrade¹

Resumo: O presente trabalho se insere dentro do campo da Ecologia Política Latino-americana ao trazer uma síntese do conceito de imperialismo ecológico e suas consequências socioambientais na América Latina, a partir das contribuições feitas por Marx e apontadas pela corrente da ecologia marxista. São destacados os seguintes conceitos teóricos marxianos: acumulação originária e fissura metabólica-social. Dentro da América Latina, isso se relaciona concretamente e historicamente com o colonialismo garantindo o desenvolvimento do capitalismo e gerando a acumulação originária do capital europeu a partir da exploração e espoliação de natureza e seres humanos, que estabelece as bases da forma do imperialismo ecológico atual. A análise é de caráter teórico e objetiva-se a abordagem de conceitos para uma breve introdução da complexa relação entre capitalismo, colonialismo, imperialismo e ecologia, desde uma leitura marxista. Para isso, o trabalho está estruturado da seguinte forma: i) a questão ecológica na obra de Marx a partir de sua interpretação de natureza-sociedade; ii) síntese da categoria de acumulação originária relacionada ao colonialismo na América Latina; iii) os aportes do conceito de fratura metabólica de Marx para a ecologia marxista; e iv) relação dos pontos apresentados com o imperialismo ecológico e suas formas adotadas na América Latina.

Palavras-chave: Ecologia Marxista; América Latina; Imperialismo Ecológico.

Abstract: The present work is part of the field in Latin American Political Ecology by bringing a synthesis of the concept of ecological imperialism and its socio environmental consequences in Latin America, based on the contributions made by Marx and pointed out by the current Marxist Ecology. The following Marxian theoretical concepts are highlighted: original accumulation and social-metabolic fissure. Within Latin America, this is concretely and historically related to colonialism, guaranteeing the development of capitalism and generating the original accumulation of European capital from the exploitation and spoliation of nature and human beings, which form the basis of the current form of ecological imperialism. An analysis is of a theoretical nature and aims to approach concepts for a brief introduction to the complex relationship between capitalism, colonialism, imperialism and ecology, from a Marxist perspective. For this, the work is structured as follows: i) the ecological question in Marx's work from his interpretation of nature-society; ii) synthesis of the original accumulation category related to colonialism in Latin America; iii) the contributions of Marx's concept of metabolic fracture to Marxist Ecology; and iv) the relation of important points with ecological imperialism and its forms adopted in Latin America.

Key words: Marxist Ecology; Latin America; Ecological Imperialism.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estuda sociologia na Universidade de Buenos Aires.

Introdução

A Ecologia Política se consolidou como área de conhecimento, a partir da luta dos movimentos sociais e políticas, iniciados principalmente a partir dos anos 70, que se refletiu no âmbito acadêmico gerando debates e uma vasta produção intelectual. Dentro disso, Alimonda (2016) afirma que na América Latina se consolidou uma tradição política e intelectual com suas especificidades, portanto, pode-se falar de uma vertente de Ecologia Política Latino-americana (EPL). As principais características derivam do próprio pensamento construído na América Latina, sobre bases de lutas concretas, como a influência da Teologia da libertação, da Teoria da Dependência, de marxistas latino-americanos como Mariátegui, e mais, recentemente, de correntes que debatem a descolonização e focam nos estudos africanos e do conhecimento dos povos originários (ALIMONDA, 2016). Além disso, a América Latina possui a particularidade de sua exploração ecológica ser de longa duração, desde o início da violência colonial (ibidem), alternando-se entre diferentes formas de imperialismo durante esses séculos.

O presente trabalho, almeja sua inserção e contribuição a EPL a partir da síntese com a vertente do ecologismo denominada de Ecologia Marxista. O ecologismo, assim como a Ecologia Política, se desenvolveu no final do século passado também derivando em diversas correntes e vertentes. A crítica marxista se insere no campo ecológico como contraponto à perspectiva capitalista e as vertentes ecológicas que derivaram dela, como a ideia de “capitalismo verde”. Autores marxistas também começaram a participar dos debates, desenvolvendo conceitos e categorias próprias, para apontar a inviabilidade de evitar as crises ecológicas dentro da lógica operante do sistema capitalista. Entretanto, existem muitas críticas contra a ideia de ecologia marxista (LÖWY, 2011), se trata principalmente de críticas relacionadas à dois pontos: i) o pensamento de Marx e Engels seria incompatível com a ecologia moderna; e que ii) o comunismo representa uma ideologia produtivista, pois segue seus delineamentos a partir de Marx, que supostamente propôs um sistema de desenvolvimento global economicamente e tecnologicamente ilimitado. Responderemos a tais críticas neste trabalho ao trazer ideias apresentadas pelo próprio Marx² e citações da sua obra, em conjunto com as análises de dois fortes³ representantes da ecologia marxista³, Bellamy Foster (2010) e

² Devido ao escopo limitado do trabalho não será possível tratar especificamente do pensamento de Engels, além de breves citações, mas que, entretanto, defendemos que possui mais aproximações que divergências nos debates trazidos por Marx que serão tratados.

³ A ecologia marxista atualmente é reconhecida como vasto campo de conhecimento, desenvolvendo conceitos, análises e críticas, além de possuir uma história que se inicia com o pensamento de autores, declaradamente ecologistas marxistas, a partir dos anos 80. Opta-se aqui por delimitar o estudo de autores como Foster, Clark e

Burkett (1999), e, para complementar, autores latino-americanos que fazem uso dos conceitos marxianos em suas análises, como Alimonda (2011; 2016) e Machado Araóz (2015; 2017). Diante disso, aborda-se as principais contribuições que argumentamos serem feitas por Marx, e debatidas pelos autores selecionados, para entender a ecologia na América Latina, tanto historicamente quanto em relação com a natureza atual a partir de dois conceitos centrais: a acumulação originária e o conceito de fratura metabólica. Tais questões remetem ao conceito apontado aqui como essencial no estudo, denominado de imperialismo ecológico, que traz consequências socioambientais sobre todo o continente latino-americano devido ao modo de relação de produção capitalista adotado.

1. A ecologia marxista desde Marx

Para Burkett (1999) o método do materialismo histórico de Marx, em suas conclusões e conceitos analisados servem para entender dialeticamente não apenas as relações entre capital-trabalho, mas também as relações humanas com a natureza, o que, para Saito (2017) se trata de uma análise não apenas esporádica em suas diversas obras, mas inclusive de modo sistemático. Desde a sua época, ainda que limitada a uma visão de mundo do que atualmente se é considerado consciência ecológica, Marx observou fenômenos de destruição ambiental por parte da indústria capitalista, assim como Engels ao citar a atividade predatória do ser humano com a natureza (LÖWY, 2011, p. 63). Marx exemplifica a destruição dos solos:

(...) todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011, p. 380).

Marx afirma que mesmo com o desenvolvimento de técnicas de aprimoramento da extração o progresso capitalista vem acompanhando a destruição das fontes primárias de riqueza. Entretanto, como afirma Foster (2010), não foram somente os apontamentos e críticas feitas por Marx a destruição da natureza que ele pôde observar que se fez desenvolver uma ecologia marxista. Isso porque, Marx, como sujeito de sua época, tinha uma visão limitada do que viria a se desenvolver como ecologismo, sem esperar a situação de crise planetária

Burkett, do que os chamados “ecossocialistas do primeiro estágio” (SAITO, 2017, p.11), como James O'Connor, da ecologia marxista.

ecológica como a atual. O que irá solidificar as bases da ecologia marxista é o próprio método do materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels, a partir de suas premissas. Na citação anterior já se observa uma delas: a riqueza para Marx é o trabalhador e a terra, ou seja, ambos natureza e o ser humano.

O materialismo histórico, como método de conhecimento, interpreta os seres humanos e a sociedade pela sua relação com o trabalho, que é sua atividade principal no qual produzem seus meios de subsistência para garantir suas necessidades físicas, portanto para se desenvolver eles entram em uma relação com a natureza, através de uma transformação consciente e intencional. Segundo Schmidt, essa transformação da natureza é sua forma de interação, de intercâmbio homem-natureza, cujo produto são os valores de uso do homem (1977, p. 100). Entretanto, isso ocorre de uma forma cooperativa, não das pessoas independentes, por isso a sociedade se constrói através de relações sociais em determinadas formações históricas (ZEITLIN, 1982). Ocorre, assim, uma relação dialética sobre dois tipos de condições: "a interação dos homens com a natureza determina o caráter de suas relações sociais, enquanto o caráter de suas relações sociais determina seu modo de interação com a natureza" (ibidem, p. 113). Acrescenta Schmidt que "a dialética de sujeito e objeto é para Marx uma dialética das partes constitutivas da natureza" (p. 12, 1977).

A teoria social de Marx, portanto, parte do ponto inicial da sua definição da relação entre ser humano e natureza que reflete na relação sociedade e natureza; ele parte da natureza, como primeira fonte, para entender as relações sociais, nesse processo de produção como um movimento histórico (SCHMIDT, 1977). Isto se encontra não somente em seus escritos maduros (MARX, 2011), mas também é observada desde seus primeiros textos, que são o início da sua definição de teoria social:

O homem vive da natureza, significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 2009, p. 84).

Engels, como criador e adepto do materialismo histórico, também partilhava da mesma concepção, ainda definindo a dominação sobre a natureza como uma vantagem para o conhecimento não exploratório:

No debemos jactarnos demasiado de nuestras victorias humanas sobre la naturaleza. Por cada una de estas victorias, la naturaleza se venga de nosotros [...]. Los hechos nos recuerdan a cada paso que no reinamos de ninguna manera sobre la naturaleza como un conquistador reina sobre un pueblo extranjero, como alguien que está por fuera de la naturaleza, sino que pertenecemos con nuestra carne, nuestra sangre, nuestro cerebro, que estamos en su seno y que toda nuestra dominación sobre ella reside en la ventaja que tenemos sobre el conjunto de otras criaturas de conocer sus

leyes y de poder servirnos de ellas de manera juiciosa (ENGELS, 1968, p. 180-81 apud LÖWY, 2011, p. 63).

Nisso não se observa a dicotomia tão presente no pensamento ocidental⁴ que é a separação entre homem e natureza. Por isso, na sua maior obra, *O Capital*, esse raciocínio está presente ao desenvolver toda sua análise sobre o funcionamento do capitalismo, e transformação dos valores de uso em valores de troca, partindo de que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impressiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011, p. 211).

Isso significa que o ser humano atua e se apropria da natureza segundo suas próprias necessidades, enquanto isso ele se modifica a si mesmo e a suas relações de produção. Sabatella e Tagliavini (2012) reforçam isso ao afirmarem que Marx tem a natureza e o trabalho como ponto de partida para a produção dos valores de uso. Isso se observa na afirmação de Marx: "O trabalho *não* é a fonte de toda riqueza. A *natureza* é a fonte dos valores de uso [...] tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana" (2012, p. 23).

A ecologia marxista contemporânea terá como base argumentativa de sua corrente essa concepção desenvolvida por Marx e Engels, que seria sua definição do conceito de natureza conceituando o que os autores tomam como sociedade, pois em todas elas "o trabalho é o momento de intercâmbio com a natureza" (SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p.3, tradução nossa). Por isso, a definição sócio-histórica dos autores parte da natureza, como afirma Foster (2010), não interpretada somente como algo instrumentalizado ou submetido ao ser humano, mas no qual, completam Sabatella e Tagliavini, ocorre a existência de uma relação recíproca natureza e sociedade, significando que "a natureza é para Marx um momento da práxis humana e ao mesmo tempo a totalidade do que existe" (SCHMIDT, 1983, p. 23 apud SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p.3).

Para Burkett (1999) a contribuição de Marx em relação à ecologia possui uma lógica interna, como demonstrado acima, de uma forma coerente e analítica, no qual, a partir desse reconhecimento podem-se aprimorar os estudos das relações que afetam a natureza, como é o caso do imperialismo ecológico.

⁴ Para entender as bases de onde vêm esse pensamento filosófico de Marx relacionando materialismo e ecologismo, derivado principalmente de Epicuro, ver Bellamy Foster (2010).

2. América Latina: colonialismo e acumulação originária

Marx foi o principal crítico da sua época à forma como se desenvolveu e se originou o capitalismo. Por isso, uma das suas principais análises sobre o capital foi como ele se desenvolveu historicamente, dessa reflexão se origina sua conceitualização e análise da acumulação originária (MARX, 2011). Apontaremos aqui uma relação entre sua análise de acumulação originária, colonialismo e natureza.

Segundo Marx a acumulação primitiva do capital é o processo que se desenvolveu nos países europeus no qual ocorre a separação entre o trabalhador e seus meios de produção, que, como afirmado, ele já observava em sua juventude através dos processos de separação dos trabalhadores e da terra (MARX, 2016). Em suas palavras:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2011, p.515).

O revolucionário alemão ainda acrescenta:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (2011, p. 516).

O “progresso” das forças produtivas capitalistas é descrito por Marx ao afirmar que “a produção capitalista [...] não só destrói a saúde física do proletariado urbano e a vida espiritual dos trabalhadores rurais, senão que perturba também a circulação material (Stoffwechsel) entre o homem e a terra” (LÖWY, 2011, p. 72 apud MARX, 1969, p. 363, tradução nossa).

Entretanto, esse processo ocorrido nos países europeus não teria sido possível sem o papel das periferias colonizadas e sua extração mercantilista de bens naturais para a geração de lucro e transformação de valores de uso em valores de troca, pois “[...] o capital começa a criar, então, a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza e estabelece uma rede que engloba a todos os membros da sociedade [...]” (MARX, 1967, p. 366-67 apud LÖWY, 2011, p. 65, tradução nossa). Para Dussel, a colonização é o processo que inicia a modernidade

capitalista de forma violenta, “inventando” o que hoje é a América a partir de 1492 (1993). Assim, há uma relação do processo de acumulação que ocorre nos países europeus que se desenvolve complementarmente o colonialismo, que Marx considerou em sua época:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco (2011, p. 533).

Acrescenta, Alimonda (2011), que o que caracteriza a sociedade latino-americana, em sua relação com a natureza, e conseqüentemente, é desenvolvido teoricamente pelo pensamento ecológico latino-americano, é a sua inicial inserção na relação com o Ocidente de forma violenta colonial. Essa colonização, no qual “se constituiu ali uma ruptura que dá origem à particular heterogeneidade e ambigüidade das sociedades americanas e de seus imaginários sociais, mas também à flora, à fauna e às paisagens com que convivem” (ALIMONDA, 2006, p. 95, tradução nossa), complementado com o “encobrimento”⁵ das formas societárias que havia anteriormente no continente (DUSSEL, 1993). Tal ponto sobre a inserção violenta do colonialismo configurado com a transição do feudalismo ao capitalismo é descrita por Marx como:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova (2011, p. 522).

A partir da independência e constituição dos países do continente, essa colonização, ademais de configurar a heterogeneidade estatal, política, e o imaginário social latino-americano, persistiu de outras formas como espaço de exploração, que varia de acordo com as necessidades dos regimes de acumulação vigentes, iniciando pela mineração, a industrialização, megaprojetos desenvolvimentistas e monocultivos para suprir um consumo externo. Nisso inclui-se a natureza como *natureza colonizada* (ALIMONDA, 2011), no qual durante os cinco séculos desde a conquista, ecossistemas foram arrasados, pelos fenômenos citados baseados, desde o início em uma ideologia extrativista (MACHADO ARÁOZ, 2017), configurando um modo próprio de relação entre as sociedades capitalistas latino-americanas com a natureza.

Alimonda (2011) retoma uma área essencial para a ecologia latino-americana, a História Ambiental como campo de conhecimento. Tal destaque é importante para o desenvolvimento

⁵ “A modernidade originou-se nas cidades europeias [...]. Mas ‘nasceu’ quando a Europa pôde se confrontar com seu ‘Outro’ e controlá-lo, vencê-lo e violentá-lo; [...] De qualquer maneira, esse ‘Outro’ não foi ‘descoberto’ mas ‘encoberto’ como ‘si-mesmo’” (DUSSEL, 1993, p.8).

da questão ambiental e econômico de modo historiográfico citado acima, pois significa o que Marx argumentava de progresso do capitalismo associado de modo inerente a uma lógica de destruição, pois o desenvolvimento capitalista, como se observa na história latino-americana sempre acarretou numa degradação ecológica, à favor do lucro para elites locais ou ao mercado externo (MACHADO ARÁOZ, 2015), numa relação entre lutas de classes dentro dos países e luta de classes como se apresenta na desigualdade entre países centrais e países periféricos.

3. A relação sociedade-natureza: fratura metabólica

Segundo Clark e Foster (2004), Marx teve contato com os estudos de um químico de sua época, Justus Von Liebig, que criticava os efeitos dos nutrientes químicos sobre o solo, mesmo através das tecnologias mais avançadas da época, como destruidoras. Marx viu nisso uma contradição entre ser humano e natureza que estudou para fazer sua análise em *O Capital*. Tal ponto se observa no tomo III d' *O Capital* quando Marx afirma:

La gran industria y la agricultura industrialmente explotada en gran escala opera en forma conjunta. Si en un principio se distinguen por el hecho de que la primera devasta y arruina más la fuerza de trabajo, y por ende la fuerza natural del hombre, mientras que la segunda depreda en forma más directa la fuerza natural del suelo, en el curso ulterior de los sucesos ambas se estrechan la mano, puesto que el sistema industrial rural también extenua a los obreros, mientras que la industria y el comercio, por su parte, procuran a la agricultura los medios para el agotamiento del suelo (2006b, p. 1034 apud CLARK; FOSTER, 2012, p.5).

Portanto, a exploração se dá sobre a força trabalho e sobre o que ele denomina de “força natural”, ou seja, a própria natureza. Assim, as concepções entre a relação de natureza e sociedade, apresentadas na primeira seção, foram a teorização mais diretamente filosófica do jovem Marx para explicar tal questão e basear sua teoria social (FOSTER, 2010). Entretanto, a partir da madurez dos seus estudos como o caso d' *O Capital*, para Foster, Marx pôde desenvolver posteriormente a relação com a natureza de uma forma mais historicizada, principalmente a partir do entendimento da formação do capitalismo, com a acumulação primitiva, e a partir dessa concepção pode categorizar a ideia de metabolismo e sua fratura metabólico-social. Tal fratura, ou falha (*Stoffwechsel*), começa a apresentar suas características iniciais com a divisão entre campo e cidade, que, segundo Marx, perturba o metabolismo que havia anteriormente entre homem e terra, ou seja, também entre a sociedade e sua forma de produção (CLARK; FOSTER, 2012). Löwy resume essa ruptura como “o sistema de intercâmbios materiais (*Stoffwechsel*) entre as sociedades humanas e o meio ambiente, em contradição com as ‘leis naturais’ da vida” (2011, p. 67, tradução nossa). Essas “leis” seriam as

definições feitas por Marx da composição de sociedade, ou seja, da inter-relação ser humano-natureza.

O conceito de metabolismo expressa o modo concreto com que ocorre a alienação da natureza, relacionado com a alienação do trabalho, então desenvolvido historicamente pelo capitalismo. Como afirmou Marx, em 1875, “*o uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições repousam sobre o antagonismo das classes*” (p. 67, 2017, grifo nosso). Desse modo, a produção ocorre pela relação entre ser humano e natureza, a partir disso, o uso do que é produzido vai ser determinado pelas condições sociais, ou seja, pela forma de organização da sociedade. Se, como Marx afirma, no capitalismo as condições são baseadas no antagonismo, ou lutas, de classes, isso irá definir a forma da relação inicial com que se dá ser humano-natureza. É assim que, como argumentado nos *Manuscritos* de 1844, o trabalho no capitalismo se torna alienado convertendo a própria natureza como algo “externo” e, portanto, também alienada do trabalhador e da sociedade (MARX, 2009).

Reflete-se que com o desenvolvimento capitalista essa separação natureza-ser humano se dá de forma cada vez mais alienada, Marx utiliza o termo de falha metabólica, pois, como anteriormente explicado, o metabolismo social funciona reciprocamente com a relação com a natureza, e no modo de produção capitalista, isso se rompe. Segundo Foster (2010), o autor alemão utilizou o conceito de fratura metabólica na maioria das obras de sua maturidade. Foster ainda agrega que o conceito metabolismo está presente desde os *Grundrisse*, de 1857-58:

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua *troca metabólica com a natureza*, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação, ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que é integralmente postulada apenas na relação do trabalho assalariado com o capital (MARX, 1973, p. 489 apud FOSTER, 2010, p. 223, grifo nosso).

Em *O Capital*, estudando a interrupção do ciclo do solo pelo avanço da indústria capitalista - que precisou buscar fontes primárias no mercado externo configurado pelo colonialismo na época -, ele define melhor a ideia de falha metabólica-social como uma questão central. Ela é central pois, afirma Foster, quando Marx pensa numa sociedade pós-capitalista, o metabolismo também é destacado. Isto se observa no volume III d’*O Capital*:

A liberdade nesta esfera [o campo da necessidade natural] só pode consistir nisto, que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele de modo cego; realizando-o com o mínimo gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à sua natureza humana (p.959, 1981 apud FOSTER, 2010, p. 224).

Assim, no capitalismo, a lógica que define a relação com a natureza não é a produção de bens para suprir as necessidades humanas, mas sim a produção de valor pela lógica da acumulação. O conceito é empregado, portanto, tanto para definir as relações entre sociedade e natureza em sua interação através do trabalho, o metabolismo social, como para apontar que no capitalismo, num sentido mais amplo e concretamente global, a falha dessa relação se dá num conjunto de relações alienadas. Resume Foster, que o “conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto um significado social mais amplo” (2010, p. 223). Para Foster e Clark (2012) foi a transição do feudalismo ao capitalismo o marco de início de uma nova ordem metabólica-social, alterando as relações com a natureza e como o modo capitalista se tornou dominante, isso se expandiu, através do colonialismo e imperialismo, a outras partes do planeta. Nota-se aqui, como historicamente a acumulação primitiva e o colonialismo se relacionam com o debate teórico apresentado pelo conceito de metabolismo. Isso será central para a corrente da ecologia marxista que aprimora e desenvolve o conceito, pois, segundo essa crítica, a fratura do metabolismo social-ecológico é o que descreve a relação dos seres humanos com a natureza dentro do modo de produção capitalista, explicando, portanto, os principais problemas e a crise ecológica atual.

4. O imperialismo ecológico na América Latina

Para Tagliavini e Sabbatella (2012) a importância da ecologia marxista para o entendimento dos problemas sócio-ecológicos atuais não está em uma ‘tradução automática’ das categorias de Marx e Engels, mas sim do seu entendimento e do seu aprimoramento de acordo com as mudanças da realidade concreta. Por isso, as categorias de falha metabólica e acumulação primitiva, dentro do pensamento da ecologia marxista, se desenvolveram e deram base à concepções como o imperialismo ecológico, pois como afirmado por Marx (2011) a reprodução ocorre sempre em escala crescente e, agregam Sabbatella e Tagliavini (2012), Marx relacionava a criação de mais-valor à necessidade constante de ampliação dos mercados, em uma esfera mundial de circulação de mercadorias como lógica inerente ao capitalismo. Como destacado, Marx estudou a degradação do solo no caso dos países centrais, então, para compensar essa destruição ecológica era necessária a ampliação de exploração dos recursos naturais de países periféricos (CLARK, FOSTER, 2012). É neste ponto que se insere a noção da necessidade do imperialismo, que se apresenta como fenômeno dado sob diversas formas no espaço sociopolítico latino-americano e o caráter histórico do colonialismo que definiu tanto as relações sociais como as relações entre sociedade e natureza na América Latina.

A ideia de acumulação primitiva segue como um componente contemporâneo sobre outras formas como a acumulação por despossessão, dada uma distinção entre a acumulação originária do capital e a reprodução atual, que absorve e possui traços da originária. Sendo que “a expansão da formação social capitalista supõe uma progressiva conquista a formações anteriores e a abolição da produção de ‘valores de uso diretos’” com o objetivo de “submeter a produção ao intercâmbio” mundial (SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p.7, tradução nossa), isso representa a continuidade da expansão da acumulação sobre espaços ainda não explorados pela lógica do capital, que geralmente são aqueles espaços com a permanência de biomas saudáveis. O imperialismo ecológico é um exemplo disso, atuando como essa ferramenta do fenômeno de reprodução do capital dado a partir da acumulação originária e, segundo Foster e Clark (2004), como uma representação da fratura metabólica em escala global. Acrescentam os autores que a “luta pela dívida ecológica, organizada em torno da degradação dos patrimônios globais – particularmente o aquecimento da atmosfera – causada desproporcionalmente pelos países ricos, deu um novo sentido prático ao conceito de imperialismo ecológico” (2004, p. 239).

A categoria imperialismo ecológico é conhecida pela análise de Crosby de 1986, um dos primeiros estudos, que analisa a expansão europeia até 1900, mas que se restringiu a uma leitura biológica e não leva em conta a relação de dominação da periferia sobre o sistema atual de relações de produção (CLARK; FOSTER, 2004). Complementam, então, Foster e Clark, que a conceitualização de imperialismo ecológico é menos visível e estudada do que o imperialismo cultural, econômico e político, pois o controle de recursos dos países periféricos foram tratados em termos geopolíticos ou de desenvolvimento econômico. Assim, segundo os autores:

La mayoría de los estudios del imperialismo, a pesar de apreciar la importancia que los países imperiales dieron al control de los recursos del Tercer Mundo, han tendido a analizar esto, primariamente, en términos de sus efectos sobre los flujos de plusvalor económico, más que en términos del daño ecológico producido por el robo de los recursos del Tercer Mundo y la destrucción de sus ambientes (2012, p.3).

Entretanto, se trata de elementos de um mesmo fenômeno que, de acordo com a teoria marxista, está indissociado, mesmo se tratando de conceitos distintos, à expansão e manutenção do capitalismo. Isso ocorre porque o processo de produção é reorganizado geograficamente para atender a demanda de mercados externos ao mesmo tempo que isso acarreta a destruição ecológica, dependendo de tal associação capitalismo-imperialismo. Machado Araóz complementa que o imperialismo ecológico não se reduz a alguma etapa do desenvolvimento capitalista, mas se trata de um elemento intrínseco, funcional ao “sociometabolismo do capital” (2015, p. 193).

Tal fenômeno é caracterizado como relações de poder, que controlam o acesso e a disponibilidade em relação à natureza, e é notado na realidade concreta pela emergência crescente de conflitos em torno de bens naturais em espaços onde o capital busca se alocar como forma predominante. A exploração sistemática do capital sobre a força de trabalho funciona com a exploração dos recursos naturais em torno da mercantilização, através, por exemplo, do extrativismo (MACHADO ARÁOZ, 2015). Por isso, a indissociabilidade do imperialismo que é instrumentalizado pelo capitalismo como forma de se apropriar e avançar sobre esses novos espaços e, como agrega Clark e Foster (2004), o imperialismo ecológico tem sua contradição como expansiva à nível planetário, mas suas principais consequências são notadas em regiões específicas, causando uma maior desigualdade do sistema internacional. Argumenta Alimonda que

La lógica del desarrollo capitalista y sus consecuencias aparecen diferenciadas según la posición de cada sociedad en una división internacional del trabajo y la producción, resaltando el carácter destructivo de las fuerzas productivas capitalistas actuando en el seno de las sociedades periféricas (2006, p.116).

Isso ocorre sobre uma relação Estado-capitalismo e sobre relações interestatais, como o caso dos Estados Unidos, atuando como agente à favor da reprodução do capital dominando outros Estados da periferia global. Por isso que Clark e Foster (2012) destacam que o imperialismo ecológico é caracterizado como o controle de recursos naturais, que cria assimetrias pela exploração ambiental e em intercâmbio desigual. Ademais, o imperialismo ecológico atual é configurado pelas formações históricas desde o colonialismo mercantilista, existindo, assim, uma inter-relação histórica e social da sua lógica atual.

Na América Latina, como apontado, isso se iniciou pelo imperialismo mercantilista dado o início da acumulação primitiva europeu, mas que, entretanto, definiu uma lógica que segue atual da forma de extração máxima e inconsciente dos recursos. Isso passa por todos os momentos históricos de pós-independência dos países, através da necessidade posterior da sua industrialização, em seguida com processos de desenvolvimentos e os neo-desenvolvimentistas atuais. Mas, como destaca Machado Araóz (2015), em nenhuma dessas etapas os países perderam seu caráter de economias periféricas, mesmo com crescimentos significativos, pois sua dependência segue como forma estrutural, impedindo mudanças radicais nos países capitalistas. Complemente e intrínseco opera o imperialismo dos países centrais, particularmente mais notada da relação histórica Estados Unidos - América Latina, que utiliza do seu poder ideológico e social para suprir sua própria reprodução econômica através da exploração ecológica.

Alimonda (2011) destaca as principais consequências na América Latina da exploração ecológica: práticas de monocultivo que destroem ecossistemas únicos; expropriação de terras de povos originários; exploração e extinção de animais silvestres; extração mineira em torno do desenvolvimento de tecnologia dos países centrais - questão que Machado Araóz (2017) denomina de genealogia mineira, de centralidade geopolítica e colonial -; entre outros. Todos os exemplos geram formas de conflitos que são estudados pela Economia Política Latino-americana como consequências socioambientais, destacados até como uma forma de politização pelas sociedades afetadas, pois são muitos casos de lutas concretas contra o próprio Estado, mas também com as empresas estrangeiras exploradoras (ALIMONDA, 2016).

Tais casos demonstram diferentes mecanismos de mercantilização da natureza e resulta numa intensificação geopolítica pela sua apropriação e pelo controle de recursos (MACHADO ARÁOZ, 2017). São as formas observadas concretamente da reprodução do imperialismo ecológico que representa a maneira adotada pelo capitalismo de expansão mundial, superando qualquer limite natural ou humano, convertendo ecossistemas como para reprodução do mais-valor e mercantilização da natureza à valores de troca.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi tentar expor, de uma forma sintética, os pontos chaves que ajudem a compreender os problemas ecológicos atuais, focando na América Latina a partir de uma ótica marxista, abordando principalmente as reflexões de Marx. Como afirma Burkett, não se trata de ver o marxismo “como uma alternativa ao ambientalismo, mas, em vez, como um tipo particular” do movimento ecologista, que “considera as relações entre seres humanos-natureza através do ponto de vista das relações de classe e dos requisitos da emancipação humana” (1999, p. 8, tradução nossa). Diante disso, um dos principais fenômenos apresentado foi o de imperialismo ecológico, como conceito constituído, ademais pelas contribuições marxistas sobre imperialismo em geral, mas também pelas categorias trazidas de Marx, como a acumulação primitiva e a falha metabólica. Por isso, defende-se a ideia de que as contribuições de Marx são essenciais para entender a relação natureza-sociedade, e a partir disso, desenvolver estratégias e mudanças que sejam ecologicamente conscientes. Como argumenta Foster, “a atual emergência planetária relacionada com a travessia desses limites poderia ser chamada de a falha ecológica global, referindo-se à ruptura e à desestabilização da relação humana com a natureza em escala planetária, decorrente do processo interminável de acumulação de capital” (2015, p.90)

De fato, marxistas posteriores internalizaram parte da lógica de desenvolvimento infinito e sem restrições das forças produtivas, por isso a acusação do marxismo como produtivista. Entretanto, como visto, pode-se encontrar diretamente em Marx conclusões opostas, que enquanto a natureza for parte constitutiva e inerente ao ser humano, e conseqüentemente, à sociedade, ela não pode ser pensada em termos destrutivos e de dominação sem restrições, além de próprias reformulações de Marx em relação à ideia de progresso, contra uma determinação linear de progresso histórico (ALIMONDA, 2006⁶). Em Marx, segundo Bensaïd, as forças produtivas não constituem “um fator unilateral de progresso, independentemente de sua imbricação concreta de um modo de produção dado. Podem tanto enriquecer-se com conhecimentos e formas de cooperação social novas como negar-se a si mesmas mudando em seu contrário, em forças destrutivas” (2003, p. 474 apud SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p. 9, tradução nossa) .

Desta forma, tentamos apontar as principais questões marxistas a serem debatidas dentro do campo de conhecimento da Ecologia Política Latino-americana, pois, como afirma Alimonda (2016) se trata de um espaço plural e coletivo crítico, inspirado desde o marxismo de Mariátegui, que ajuda a recuperar heranças tradicionais e originárias para a crítica atual, até correntes que remetem aos movimentos populares e pensamentos localizados não-colonizados. O marxismo pode ser um instrumento locutor deste campo de conhecimento regional com relação ao universal, principalmente ao se tratar de ecologia, questão que se apresenta sobre uma forma de crise ecológica mundial (MACHADO ARÁOZ, 2017). Como afirma Foster (2020), uma maneira para começar a buscar uma solução aos problemas ambientais é necessário abandonar a ideia de “conquista da natureza” e substituí-la por uma concepção radical de restauração do metabolismo humano-social rompido pelo capitalismo com a natureza. Entender a questão ecológica em Marx ajuda isso, pois além de entender sua própria teoria, como a natureza imanente a ela e como componente de todo seu sistema teórico, mas também como uma útil ferramenta para análise da crise ecológica global (SAITO, 2017). Ao compreender a relação entre sociedade e natureza como mutuamente constituídas, portanto, que o papel da natureza é determinado pelas relações sociais de produção, se torna mais claro que as perspectivas que focam em mudanças de comportamentos individuais (BURKETT, 1999, p. 18), não são as melhores soluções para a crise ambiental pois não afetam em nada essas relações, ou seja, o próprio modo de produção capitalista.

⁶ É interessante destacar que nesse mesmo texto Alimonda traz o pensamento do russo Danielson, interlocutor de Marx, que já refletia na época sobre um modelo de desenvolvimento periférico para a Rússia em consonância com a crítica à destruição ambiental.

Referências

- ALIMONDA, Héctor. Una nueva herencia en Comala. Apuntes sobre la ecología política latinoamericana y la tradición marxista. *In: ALIMONDA, Héctor. Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana.* Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 93-122.
- _____. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. *In: ALIMONDA, Héctor (Org.). La Naturaleza colonizada: ecología política y minería en américa latina.* Buenos Aires: Clacso, 2011. p. 21-58.
- _____. Notas sobre la ecología política latinoamericana: arraigo, herencias, diálogos. *Ecología Política*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 36-42, 2016.
- BENSAÏD, Daniel. Os Despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres: *In: KARL, Marx. Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira.* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11-74.
- BURKETT, Paul. *Marx and Nature. A Red and a Green perspective.* New York: St. Martin's Press, 1999.
- CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. *Socialist Register*, v. 40, p. 225-244, jan. 2004.
- _____. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global. Intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. *Theomai*, n. 26, p.1-24, 2012.
- DUSSEL, Enrique. *1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.* Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx - materialismo e natureza.* 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma grande transição. *Lutas sociais*, São Paulo, vol. 19, n 35, p. 80-97, jul./dez. 2015.
- _____. Preface. *In: FOSTER, John Bellamy. The return of nature: socialism and ecology.* Nova York: Monthly Review Press, 2020.
- LÖWY, Michael. *Ecosocialismo. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista.* Buenos Aires: El Colectivo; Herramienta, 2011.
- MACHADO ARÁOZ, Horacio. Post(?)neoliberalismo, extractivismo y el colonialismo del siglo XXI: la encrucijada nuestramericana desde una perspectiva ecosocialista. *In: JIMÉNEZ, Carolina; TAUSS, Aaron (Ed.). ¿Pensar el fin del capitalismo?: escenarios y estrategias de*

transformación socio-ecológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015. p. 173-215.

_____. “América Latina” y la Ecología Política del Sur: luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatoria. *In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Org.). Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica.* Buenos Aires: Clacso, 2017. p. 193-224.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica ao programa de Gotha.* São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *A miséria da filosofia.* São Paulo: Boitempo, 2017.

SABBATELLA, Ignacio; TAGLIAVINI, Damiano. La expansión capitalista sobre la Tierra en todas las direcciones: aportes del marxismo ecológico. *Theomai*, Buenos Aires, v. 26, p. 1-20, 2012.

SAITO, Kohei. *Karl Marx's Ecosocialism: Capital, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy.* Nova York: NYU Press, 2017.

SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx.* 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1977.

ZEITLIN, Irving, *Ideología y teoría sociológica.* Buenos Aires: Amorrortu, 1982.